

UMA DONA DE CASA É UMA DONA DE CASA. SÓ EM CERTAS OCASIÕES É QUE ELA SE CONVERTE EM CAPITAL¹

José Rogério de Oliveira²
Uilma Maira Queiroz³

RESUMO

Nesse artigo propomo-nos a apresentar, de forma sucinta, uma discussão bibliográfica sobre a naturalização do Trabalho Reprodutivo sob o prisma das desiguais relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho, considerando que o Trabalho Reprodutivo ou Trabalho Domestico não Remunerados realizados no interior das residências de donas de casa, apesar de serem feitos por elas, não são feitos para elas. Partindo dessa constatação é nosso objetivo, por ora, analisar as representações discursivas sobre a invisibilidade do Trabalho Reprodutivo. Salientamos que esse artigo faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a representação social dos alunos e alunas do Ensino Médio da Escola Normal Estadual Professora Ione de Góes Barros, localizada no Município de Afogados da Ingazeira – PE, acerca do trabalho reprodutivo realizados em suas casas por suas mães, identificando os mecanismos, materiais e simbólicos, que corroboram à invisibilidade do trabalho reprodutivo na sala de aula de Sociologia.

Palavras-chave: Trabalho Reprodutivo, Sociologia, Representação Social

INTRODUÇÃO

A temática sobre as desiguais relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho apresenta de imediato a desfavorável remuneração ou reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por mulheres no País, além dos usos de tempos em atividades não mercantilizadas como o trabalho realizado por mulheres no interior de suas casas.

Ainda que, uma parcela cada vez maior de homens realize, algum tipo de tarefa doméstica em casa ou na casa de algum parente, as mulheres permanecem mais sobrecarregadas nesse tipo de função, de acordo com o suplemento "Outras formas de trabalho 2017", formulado, a partir de pesquisas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Encontramos, que “No período 2016-2017, houve aumento da taxa de realização em todos os grupos de idade, mas o aumento foi mais intenso entre os homens de 14 a 24 anos (6,7%) e de 25 a 49 anos (6,6%)”. Todavia, a grande maioria, 91,7% das mulheres realizaram as mesmas atividades em 2017, esta proporção era de 76,4% entre os homens no mesmo período. Portanto, é evidente a disparidade de tempo médio de horas gasto nos afazeres

¹ A escolha do título para o primeiro capítulo dessa dissertação deve-se a um fragmento encontrado na obra de MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital, 4.^a ed.. Traduzido por Olinto Beckerman. São Paulo: Global editora, 1987 “Um negro é um negro. Só em certas condições é que ele se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições é que ela se converte em capital. Fora dessas condições, deixa de representar capital, assim como o ouro por si só não representa dinheiro ou açúcar, o preço do açúcar” (MARX, Op. Cit., 1987, p. 31).

² Mestrando do Curso Profisocio – Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, jroliveirahistoria@gmail.com;

³ Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, uilmaira@gmail.com;

domésticos e nos cuidados com pessoas, porém para além dessa evidência outra salta aos olhos que é a não especificação do uso dos tempos com os cuidados com os filhos.

Dar visibilidade a essas questões é, sem dúvida, fundamental para o movimento feminista, ainda que seja um homem que “fale” sobre o tema em tela. Porém, acreditamos que ao dirigir um olhar sociológico a questão da sistemática inferiorização do trabalho não mercantilizado feito por mulheres no interior de suas casas colaboramos no comprometimento e feitura de uma ação política eficaz para que mulheres e homens possam desnaturalizar as desiguais relações entre os sexos. As representações sociais de alguns autores acerca do protagonismo agônico das mulheres nas relações desiguais entre os sexos foram apresentadas, quase sempre, como condição *sine qua non* tanto para uma condição moral aceitável socialmente, para mulheres e homens, quanto para demandas de sobrevivências. Sobretudo, quanto as sobrevivências de Mulheres (Kergoat, 2009).

. A questão transita no dilema entre ser Mãe, Esposa e Dona de Casa. E, é sobre essas rubricas que buscamos analisar as representações sociais dos alunos e das alunas de uma escola de Ensino Médio do município de Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco, acerca do trabalho reprodutivo realizado em suas casas. Isto posto, apresentamos três questionamentos que ecoam nossos objetivos; Primeiro; quais seriam os condicionantes que estruturaram o mundo do trabalho hodiernamente e continuam a reproduzir a invisibilidade e sujeição feminina ao trabalho reprodutivo? Em seguida, como poderíamos caracterizar o trabalho reprodutivo, enquanto categoria sociologicamente analítica na sala de aula de sociologia, onde as conformações familiares insistem em análises nucleares, em que a família seria uma replicação do imperativo difundido sobretudo na dita Era Vitoriana⁴

Finalmente, como a Sociologia, a História e um pouco da Economia podem desconstruir analiticamente essa invisibilidade sobre o trabalho reprodutivo a partir da sala de aula de Sociologia, buscando desautorizar o dominante simbólico reprodutivista, uma vez que o sistema

⁴ Por Era Vitoriana é comumente dita como sendo o período de regência da Rainha Vitória no Século XIX, Porém, para o que aqui nos interessa, faz-se necessário ancorarmo-nos em FOUCAULT. Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber.. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Nessa obra o filósofo apresenta a hipótese repressiva da sexualidade, a qual aparece em discursos que situam a era vitoriana burguesa como símbolo da repressão e interdição do sexo. Na era vitoriana, a moral burguesa conduziria a sexualidade para o seio da família conjugal heterossexual, legitimando-a por meio da função reprodutora, imposta como modelo e discurso de verdade. Salientamos, no entanto, que a questão sobre a hipótese repressiva da sexualidade para Foucault encontra-se inscrita antes mesmo da dita Era Vitoriana, mas precisamente a partir do Século XVII. Como nos esclarece “Por volta do século XVII, no Ocidente, teria havido uma tolerância com o ilícito em relação a práticas que envolviam a sexualidade. —Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX” (FOUCAULT, 1988, p. 9). Portanto, para uma proveitosa incursão sobre a questão posta sugerimos a leitura da citada obra.

de ensino, na forma em que está estruturado, tem a função de (re) produzir “novos arranjos” sempre a partir, dos princípios do arbitrário cultural androcêntrico plasmado nas escolas?

A Sociologia, sabemos, não nos diz imperiosamente sobre o real, todavia nos conduz a questionar sempre os imperativos categóricos ditados e amplamente dilatados e difusos sobre a realidade imediata. Realidade esta, portanto, criada e sempre disposta a, fundamentalmente, obliterar a crítica responsável. Isso posto, pretendemos desvelar, sempre a partir de rigorosa revisão bibliográfica e metodológica adequada, o que subjaz nos discursos e práticas sociais acerca do trabalho reprodutivo como fenômeno social. Por fim, asseveramos, aqui, a urgência em observar, diagnosticar, e interferir, na perspectiva objetiva de (re) construção do conhecimento⁵ na sala de aula de sociologia sobre as representações sociais acerca do trabalho reprodutivo.

Trabalho este fundamental para a manutenção/reprodução de uma lógica que deve ser, no mínimo, questionada. Trabalho este nunca considerado trabalho pelo capital. Trabalho este essencial para se compreender as desiguais relações entre os sexos (biologicamente ditos). Trabalho este que, apesar de sua invisibilidade, pode ser condicionante para uma proveitosa incursão acerca das discussões, na escola, sobre cuidados de si e de outros em tempos de exacerbado individualismo e crise identitária⁶.

A Naturalização Como Estratégia para (in)visibilizar o Trabalho Reprodutivo.

⁵ Nossa perspectiva ampara-se em Moacir Gadotti (2013). Para ele e nos por correspondência “Conhecer é construir categorias de pensamento, dizia Piaget. para compreender o mundo e poder transformá-lo, completava Paulo Freire. Não é reproduzir informações. Conhecimento é informação com sentido. Qualidade em educação refere-se à construção de sentidos. Porque o conhecimento serve para nos conhecer melhor, conhecer nossas circunstâncias, para tomar decisões na vida, para adquirir as habilidades e competências do mundo do trabalho, para tomar parte da vida social, para compreender o passado, o futuro, para se comunicar, para continuar aprendendo’ GADOTTI. Moacir QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM. In. http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf. Acessado em 16 de agosto de 2019.

⁶ Em consonância com Ronaldo da Costa Formiga (2014) Sabemos que o tema da modernidade, incluindo não apenas seu desenvolvimento passado como suas formas institucionais presentes é um problema sociológico crucial no atual século. O que pretendemos é avaliar de que maneira o caráter institucional da modernidade juntamente às transformações da natureza da vida social cotidiana está entrelaçado com uma nova concepção que emerge neste contexto. A existência individual sofreu alterações significativas. Temos, por um lado, a globalização, e, por outro, a crise ou o declínio do indivíduo. A modernidade, afirma Ianni (2004), experimenta a crise da razão, que se manifesta, por sua vez, na referida crise do indivíduo. A tecnificação das relações sociais, generalização da racionalidade formal e real do modo de operação do mercado capitalista, enfim, a sociedade vista como um complexo espaço de trocas. No reino da racionalidade instrumental, o indivíduo se dissolve e assim o desencantamento do mundo, tão bem analisado por Weber, revela, por um lado, a globalização tecnocrática, instrumental, mercantil, consumista, por outro lado, revela a alienação, prevista por Marx, do indivíduo e o esfacelamento do “eu” FORMIGA Ronaldo da Costa A Cultura do Indivíduo: uma visão da modernidade. In [file:///C:/Users/Rogério/Downloads/1407-3337-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rogério/Downloads/1407-3337-1-PB%20(1).pdf). Acessado em 17 de agosto de 2019.

Sob o ponto de vista das desiguais relações entre os sexos, ora, observamos que as questões-tensões do universo do trabalho utilizam como estratégia, tanto para a perpetuação quanto invisibilização do trabalho reprodutivo a naturalização. Por estratégias de naturalização acompanhamos o que nos dizem. MAGALHÃES, SILVA RIBEIRO e SILVA (2009) . Para essas autoras, a compreensão de que as mulheres

[...] por apresentarem determinadas características biológicas, possuem, por exemplo, um instinto materno em sua essência (condição de reproduzir e ser mãe) remete à existência de uma matriz biológica, de atributos comuns entre todas as mulheres, que naturaliza determinadas características como sendo exclusivamente “femininas”. Também se enquadram as concepções de que as mulheres sejam excessivamente emocionais e sensíveis em função dos hormônios sexuais femininos; de que o lado esquerdo do cérebro, por ser mais desenvolvido, caracteriza a facilidade das mulheres em comunicar-se, entretanto, em função do lado direito, responsável pela capacidade matemática e de organização espacial ser menos desenvolvido nas mulheres, estas possuem dificuldade na aprendizagem de Matemática, de Física, ou seja, das Ciências Exatas em geral. Tais entendimentos remetem à existência de uma matriz biológica, de atributos comuns entre todas as mulheres, ao naturalizar determinadas características como sendo exclusivamente “femininas”. (MAGALHÃES, SILVA RIBEIRO e SILVA 2019. P 323.)

Nesse recorte evidencia-se a construção natural sobre o feminino a partir de uma matriz biológica que desconsidera qualquer fenômeno social. O feminino naturalizado possuiria, portanto uma homogeneidade facilmente identificável e também facilmente corrigível caso alguma transgressora não se enquadrasse nesses atributos universalistas, trans- histórico e transculturais de gênero. Assim em consonância com esses pressuposto é o sexo biológico que determina as características e funções sociais diferenciadas entre mulheres e homens (LOBO, 2007)

No âmbito das masculinidades e feminilidades, destacamos, aqui, as construções culturais e históricas que vincularam e, ainda, vinculam o masculino ao trabalhador, aquele que fornecer o sustento da família, e a mulher (dona de casa) a representação da submissão explicitada pelo monoteísmo ético judaico cristão e, ocultada pelo véu das laicas reformas burguesas. Essas representações camuflam as ambiguidades quase inerentes a quaisquer relações, uma vez que são elaboradas e estruturadas a partir da presença, ocultamento e questionamentos, inseparáveis as construções sociais sobre a masculinidade em torno do trabalho feminino, quase sempre, visto e dito como auxiliar/complementar ao trabalho executado pelo homem.

Dessa forma, evidenciamos que o labor realizado no âmbito residencial é, certamente, um dos que mais esclarece a ideia do próprio trabalho como um não-valor na sociedade contemporânea ainda que esta atividade permita fazer gerar o valor que mais interessa ao capitalismo. Todavia, esse tipo específico de trabalho é tratado como não-valor pelo capitalista.

Consideramos então que o trabalho doméstico não remunerado deve ser aqui, então, compreendido como o conjunto de atividades relacionadas à reprodução da vida. Assim, esse conjunto de trabalho abrange vários âmbitos como; a alimentação, o vestuário, a higiene, processos de educação não formais, etc. O Trabalho Reprodutivo apresenta-se, assim como o responsável pela manutenção da vida em sua esfera considerada privada. Dessa maneira, sendo a esfera privada hierarquizada histórica, econômica e socialmente esse trabalho seria portanto, considerado inferior e dessa forma a mulher que realiza o trabalho reprodutivo não é representada como sujeito ativo, capaz de se integrar ao “legítimo” mundo do trabalho uma vez que a legitimação do trabalho advém da produção encontrada na esfera pública, fábricas, repartições, serviços, lojas etc, e com remuneração. Portanto o trabalho externo a casa é, naturalmente constituído como trabalho.

De modo inverso o trabalho realizado no interior das casas e não remunerados, são feitos por amor. Para enfatizar as articulações existentes entre as dimensões do trabalho, o externo e o interno á casa é preciso repensar as representações sociais sobre o trabalho reprodutivo de modo a superar os limites ideologicamente projetados pelo viés patriarcal da ciência moderna, de base cartesiana, mas que passa, segundo a historiadora Silvia Federici, (2019), a partir do pós Segunda Guerra Mundial a ser considerado como constituinte das discussões que envolvem a desigual divisão sexual do trabalho doméstico. Para ela, após o termino da Segunda Grande Guerra (1938 – 1945);

[...] o trabalho doméstico não desapareceu, e sua desvalorização, financeira e de outros tipos, continua a ser um problema para muitas de nós, seja ele remunerado ou não. Ademais, depois de quatro décadas com as mulheres trabalhando fora de casa em regime de tempo integral, não se pode sustentar o pressuposto das feministas da década de 1970 de que o trabalho assalariado seria um caminho para a “libertação”. (FEDERICI, 2019. P.09).

Sua particularidade, a do trabalho reprodutivo, portanto, reside no evidente fator dele se situar fora do mercado, noutros termos, à margem da lei do valor que o mercado se organiza. Sobre essa questão, Jesús Albarracín, aciona nossos sentidos, ao afirmar que:

As mulheres não elaboram a comida diária para trocá-la no mercado e, caso assim fosse, não estaríamos falando de trabalho doméstico, mas de uma atividade mercantil. Por outro lado, se uma mulher faz a comida diária em outra família que não a sua, em troca de um salário, não estamos na presença de um trabalho doméstico, mas de um trabalho assalariado. A característica fundamental do trabalho doméstico é o de ser realizado fora do mercado, não tendo, assim, valor de troca. Com ele, a mulher produz valores de uso que não têm valor de troca, pois estão destinados ao consumo em sua própria família. Nesse sentido, no trabalho doméstico, a relação de uma mulher com seu marido não se origina no mercado, mas na divisão sexual do trabalho. De fato, a relação familiar à que ela está submetida não é uma relação de exploração, já que dela não se extrai mais-valia, mas de opressão. (ALBARRACÍN, 1999, p; 29.).

No trecho percebemos que não é a “natureza” da atividade doméstica, per si que exclui o fator valor, e sim a sua exclusão das relações mercantis. O fato da mãe preparar todos os dias, a despeito de possuir uma outra atividade em que receba por seus serviços algum valor, é um trabalho materialmente “doméstico”. Porém, isso não implica dizer que uma empregada de uma escola que presta serviços como merendeira não produza valor. Ela obviamente o produz, para si e para a empregadora (seja ela pública ou privada), na forma de mais-valia.

Assim, no caso de uma mãe que realiza o trabalho doméstico para a própria família, e não para o mercado, concordamos, se perseguirmos a crítica ao capital, que essa mãe, definitivamente, não produz valor. Isto não deve significar, entretanto, que este trabalho feito no interior de sua residência não compartilhe com a produção de valor na sociedade, uma vez que acreditamos que, mesmo indiretamente, o trabalho doméstico não remunerado corrobora para a formação do valor e da mais valia.

De que modo podemos, então, fazer essa assertiva? Como podemos identificar que o trabalho doméstico não remunerado é fundamental para a reprodução da sociedade? E, finalmente como esse valor é incorporado no plano da economia capitalista?

Parece-nos evidente que uma mãe, dona de casa, ao cotidianamente repetir a exaustão todos os rituais de alimentação, higiene e cuidados, de modo geral para com seus familiares, sem receber qualquer valor/salário por esses serviços esta reproduzindo toda uma tradição discursiva acerca de uma dita condição natural das mulheres. E, assim, estas seriam as guardiãs da ideia e prática de que o cuidado com a casa e com os filhos e filhas é a mais pura representação social do amor e não um trabalho que demanda esforços físicos e psíquicos, além de tempo. Tão pouco seria uma construção histórica e social efetivada pela prerrogativa da dominância masculina. Ademais, não seria essa construção, também, a perversa persistência das desigualdades entre homens e mulheres no que tange as representações sociais acerca da divisão sexual do trabalho. Sublinhamos aqui que essas respostas dizem mais sobre o que a sociedade patriarcal pensa e espera da mulher do que pensa a própria mulher.

Toda e qualquer dimensão discursiva, formalmente existente e que insista na naturalização do trabalho doméstico não remunerado, será sempre diminuta em relação à verdadeira dimensão do valor social que essa categoria de trabalho deveria/deve assumir. Ademais esses discursos estão, mais; comprometidos com as nefastas teorias da reprodução que teimam em não enxergar a crítica desnaturalizadora proposta por Bordieu (2018) acerca da dominância masculina.

E, assim, ao continuar sendo naturalizada e não diagnosticada como fenômeno social e (re) configurada no ambiente escolar tenderá a reproduzir-se *Ad infinitum*, uma dimensão

falseada pelo lastro de um discurso que diz sobre a existência de uma natureza feminina, sobretudo no que diz respeito a natureza materna. Porém se considerarmos que;

[...] essa modalidade de trabalho é realizada essencialmente pela mulher em nossa sociedade (seja a dona de casa, seja a empregada doméstica), revela como questões de gênero e de classe estão mais próximas do que se possa imaginar. A desvalorização do trabalho da mulher como forma de gerar mais valor para o capitalista é um problema que facilmente pode ser posto à luz de premissas da teoria marxiana do [valor trabalho] (CORREIA; BIONDI. 2011. P, 314).

Enquanto obliterarmos nossa visão, por meio de uma perpetuação da naturalização do trabalho doméstico não remunerado não avançaremos nas discussões sobre as formas pelas quais essa modalidade de trabalho continua a ser vista como imanente a mulher. Assim, uma abordagem marxiana sobre essa modalidade de trabalho nos auxilia a questionar e consequentemente responder como se efetua na prática social a reprodução e manutenção de formas de trabalhos invisibilizados, posto que naturalizados, e tornados sinônimo de incondicional dever e amor.

Dito isso, e em consonância com (CORREIA; BIONDI. 2011.), acreditamos que a teoria marxiana do valor-trabalho torna-se nesse momento o instrumental conceitual mais eficaz para podermos; primeiramente deixar clara a diferença entre o que há de histórico e social dos discursos naturalizados sobre o trabalho humano, em seguida, compreender os fundamentos da sociedade capitalista em sua relação valor-de-uso e a de valor-de-troca e finalmente “pensar o trabalho doméstico à luz dos referidos fundamentos”. (CORREIA; BIONDI. 2011. P. 313.).

Assim; primeiramente, pensemos o valor como fenômeno social dependente de condições históricas e sociais determinadas por uma estrutura que historicamente vem reunindo os requisitos para o surgimento do valor, que é o mercado. Dito isso, devemos compreender que é, na ascensão do capitalismo, a partir do Século XVI, que o mercado abandona sua representação marginal de práticas meramente estruturadas em trocas e se transformar na sede da produção da vida⁷. É, portanto, a partir desse instante que o mercado passa a ser inconcebível sem o protagonismo do capital. Saliente-se que o determinante para a condição de mercadoria é a destinação à troca, e não a mera produção para outrem. A corveia feudal e o tributo moderno não assumem uma forma mercantil a priori⁸.

Para compreendermos isso não podemos perder de vistas o critério da equivalência, haja vistas que é no e a partir do mercado capitalista, que devemos considerar as dimensões de valor-

⁷ WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁸ Marx observa que “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I, vol. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 57.

de-uso e a de valor-de-troca. Assim, fica mais fácil de entendermos a condição primeva para sabermos o quanto uma coisa vale em relação a outra coisa. Esse critério de equivalência estabelece a lógica que cria nas sociedades capitalistas o sentido do valor. Pois,

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra” (MARX, 2008, p. 61).

Partindo do pressuposto de que o que caracteriza o produto do trabalho humano é comum a toda e qualquer mercadoria, compreenderemos que o trabalho doméstico não remunerado não possui valor de troca ou valor de uso, não sendo uma mercadoria fica de fora de análises clássicas da economia. Contudo, se atentarmos ao fato de que é no modo de produção capitalista que encontramos a raiz do trabalho como mercadoria e se considerarmos o trabalho doméstico não remunerado como não trabalho, em qual categoria analítica poderíamos apoiar nossas inquições?

Talvez a chave para essa compreensão acerca do trabalho doméstico não remunerado não se encontre balizado pelas análises meramente econômicas ou melhor dizendo, talvez a compreensão se encontre exatamente no aspecto central que é a contradição inerente ao próprio capitalismo no que tange a mão de obra humana utilizada como mercadoria, ou seja encontramos uma resposta inicial na principal contradição do sistema capitalista, conceituado através da dualidade Capital/Trabalho. Vejamos, a partir de uma perspectiva proposta pelo marxismo, Hirata (2014) faz um questionamento sobre a dimensão produtiva do trabalho (a produção de valor) e a dimensão reprodutiva (produção de valores de uso não mercantis). Leia-se;

Para o feminismo materialista o trabalho é central em sua materialidade e enquanto prática social. A divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico subjacente à divisão sexual do poder e do saber também é central para essa corrente do feminismo materialista. [...] Também é necessário se referir aqui à ideia do trabalho como “atividade paradigmática” isto é, afirmar a centralidade do trabalho contra os que preconizam o “fim do trabalho” (André Gorz, Jeremy Rifkin, Claus Offe, Dominique Méda, etc.(HIRATA, 2014, P.15).

Quando encontramos assertivas como essas acima citadas desvela-se o campo simbólico de representações sociais sobre o trabalho reprodutivo em que este ao ser dito e visto como trabalho faz emergir a crítica necessária a desnaturalização dessa categoria de análise social. Esses termos, propostos por Helena Hirata (2014), combinam passagens que se iniciam com questões sobre a sexualidade e poder, e do poder a sexualidade e fazem o reverso, também, mas

sempre empenhados na emancipação de homens e mulheres, ainda que no marxismo, as classes sempre foram tratadas como se o gênero não implicasse nenhuma heterogeneidade/desordem em sua composição. A autora em tela, busca a superação da dita universalidade das categorias da economia política a partir de uma observação aguda; qual seja, a de que, as diferenças entre os sexos são responsáveis pela caracterização de papéis sociais específicos, o que contribuiu para a hierarquização dos trabalhos exercidos por homens e mulheres. Esse questionamento ao evidenciar, a opressão de gênero, torna mais nítida a exploração social de gênero e classe, sendo à força de trabalho feminina a mais precarizada⁹. Nessa relação de desigualdade a mulher encontra-se sujeita a menores remunerações.

Essa desigualdade, segundo Kergoat (1987), possui dois princípios. O primeiro seria o princípio da “separação”. O segundo princípio seria o da “hierarquização” o trabalho dos homens e mais valorado do que o da mulher. Dessa maneira podemos considerar que: “Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 1987, p. 56).

Nesses termos retomamos a discussão sobre a necessidade de desnaturalizar ou desbiologizar o Gênero. Para Scott “muitas estudiosas feministas estavam preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos se centrava sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada”. (SCOTT, 1989, P.04). Observa, ainda, que as estudiosas passaram a utilizar gênero como “noção relacional”, em que mulheres e homens eram definidos em termos recíprocos e “nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1989, P.03). Dessa forma acrescentamos aqui que essa categoria analítica deve ser tomada como um conceito guarda-chuva, que abarca inúmeras

⁹O processo de precarização do trabalho como uma expressão da crise do capital que se instaura a nível mundial desde a década de 1970, com a hegemonia neoliberal. Mészáros (2006) vai afirmar que a precarização e o desemprego serão os dois maiores desafios que a esquerda deverá enfrentar na contemporaneidade. Segundo o autor, o desemprego não é apenas conjuntural, mas estrutural; não atinge apenas os países da periferia do capitalismo, mas inclusive os países do centro do capitalismo mundial; não atinge apenas os trabalhadores não qualificados, mas também aqueles que possuem um alto índice de qualificação. Além disso, afirma que a flexibilização é um mito, pois, apesar da redução da jornada de trabalho em alguns países, para 35 horas semanais, em muitas das vezes há uma elevação da jornada de trabalho, fazendo com que o trabalhador transponha sua jornada de trabalho para além da “fábrica”: sua casa. Esse fenômeno é também observado no Brasil desde a época de Fernando Collor de Melo e que só faz recrudescer, portanto, o que há é uma precarização crescente do trabalho e metamorfose da classe trabalhadora, como afirma Antunes (2006). Esta inclui a totalidade “[...] daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 2006, p.102). Ainda que os autores citados aqui não discutam, necessariamente a categoria do trabalho doméstico não remunerado ou reprodutivo, consideramos importante discutirmos essa categoria quando observamos que os autores discutem, ainda que brevemente, noções como a de dupla jornada de trabalho feminino

representações sociais, assim como as de classe e cor/raça¹⁰. Isso dito afirmamos aqui, em consonância com Hirata (2014) que faz-se, hodiernamente, necessário trazermos a luz os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade. Para ela,

A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social (Idem, ibidem). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. As pesquisas atuais no campo da sociologia do trabalho e do gênero, tanto na França quanto no Brasil, têm demonstrado o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão. Este texto tem a intenção de apresentar as principais controvérsias em torno da interseccionalidade e da consubstancialidade e fornecer pistas de análise a partir da apresentação de uma pesquisa empírica sobre o trabalho de cuidado utilizando esses instrumentos analíticos. (HIRATA, 2014.p.70)

Finalmente, ao buscarmos problematizar a dualidade da perspectiva marxista identificada através das categorias Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo claramente identificamos o quanto é produtivo o trabalho doméstico realizado sem nenhuma renumeração pelas mulheres em suas residências. Para tanto, partimos da observância de que a contradição principal do sistema capitalista é a do Capital/Trabalho. Portanto, essa contradição necessita ser sexualizada, identificando em que momento essa, sistemática, contradição se apresenta como prioritária.

Saber articular essa contradição e conseguir ler a conjuntura histórica e social sob o prisma de uma perspectiva relacional da categoria gênero, na dinâmica da luta de classe e na observação das questões sobre cor/raça, a partir da perspectiva da Divisão Sexual do Trabalho e sua atualidade nos distintos papéis sociais de gênero, os quais –mediante a ação do patriarcado – continuam naturalizando o trabalho doméstico gratuito como tarefa exclusiva das mulheres e mantém sua invisibilidade para a sustentação do trabalho produtivo e, dessa forma, do próprio modo de produção capitalista. Essas articulações, sempre guiadas pela moral patriarcal, contraditoriamente e quase sempre, fundamentaram o sentido feminino do Trabalho. Uma

¹⁰ Lia Vainer Schucman (2010) em seu artigo, intitulado Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão, observa que; Estudos nacionais e internacionais recentes apontam o racismo e a discriminação racial como a explicação mais sólida para as desigualdades raciais no Brasil. O contexto multirracial brasileiro propicia, portanto, mediações bastante diferenciadas para a constituição de sujeitos, no que diz respeito a aspectos subjetivos e objetivos entre brancos e negros. A marca dessa diferença e desigualdade perpassa toda a socialização desses indivíduos: a casa, a escola, a rua e todos os espaços públicos são marcados pela preterição do branco em relação ao negro. A raça como categoria social é um importante componente nas estruturas sociais, pois embora a ideia de raça biológica não faça mais eco entre os discursos científicos, a raça é uma categoria que diferencia, hierarquiza e subjugua diferentes grupos que são marcados fenotipicamente. Em outras palavras, apesar de não existir uma raça biológica, tanto brancos como negros são cotidianamente racializados em um processo relacional. (SCHUCMAN 2010. P, 48)

temática central em diferentes disciplinas, que desde o Século XIX, exprimem as necessidades impostas por um mundo em frequente e rápidas transformações. Assim, os mecanismos de produção dos papéis sexuais sobre as verdades impostas no cenário social sobre o que é o feminino e o masculino, leva-nos a questionar os códigos, as convenções, os artifícios, a arquitetura do como essas representações sociais foram construídas e impostas e que de fato ainda é invisibilizados e invisibilizados na sala de aula de sociologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, em conjunto com o que foi descrito nesse artigo, que as condições em que vivemos, ainda hoje homens e mulheres não são o resultado de um destino biológico, mas construções sociais originadas no período em que a Sociologia enquanto disciplina surgia para “resolver” os problemas oriundos das contradições entre classes sociais, gênero, cor da pele ou etnia. Desse modo para uma profícua análise sobre as representações sociais sobre o trabalho reprodutivo faz-se necessário observar que,

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (HIRATA, KERGOAT. 2009.P. 47).

Essa base material de que nos fala Danièle Kergoat e Helena Hirata (2009), é o trabalho e é sobre essa materialidade que se reivindica a superação da dominação masculina e a consequente visibilidade do trabalho reprodutivo. Os passos sobre o apagamento acerca da dominância androcêntrica são apontados ainda pela autora quando a mesma questiona a ideologia naturalista que até o momento possui força discursiva e prática na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBARRACÍN, J. O trabalho doméstico e a lei do valor. In FARIA, N; NOBRE, M (orgs). O Trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 1999.

BORDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2018.

CASTELS, M. Comentário: A teoria marxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina. In: ZENTENO, R.B., (coord). As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 145-71.

CORREIA, M O G; BIONDI, P. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. Ltr : Revista Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 75, n. 3, p. 311-317, 2011. In.

<https://bdpi.usp.br/item/002187084>. Acessado em 10 de agosto de 2019.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo. Editora Elefante. 2019.

FORMIGA R. C. A Cultura do Indivíduo: uma visão da modernidade. In [file:///C:/Users/Rogério/Downloads/1407-3337-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rogério/Downloads/1407-3337-1-PB%20(1).pdf). Acessado em 12 de agosto de 2019.

HIRATA, H. e KERGOAT D.- A Classe Operária Tem Dois Sexos. In: **Revista Estudos Feministas.** Vol.2 N.3/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.2009.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 61-73, 1 jun. 2014.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In. **O sexo do Trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MAGALHÃES J. C. SILVA B. O da. RIBEIRO P. R. C. SILVA F. F. da In. COLLING, A. M. TEDESCHI, L. A. Org. Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Global editora, 1987.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I, vol. I,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MELO H P. 10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In. <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/06.pdf>. Acessado em 09 de agosto de 2019

MÉSZÁROS, S. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MICHEL. F. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 10, n. 19, p. 41-55, jan. 2010 . In. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X20100001 Acessado em 12 de agosto 2019

SCOTT, J. GÊNERO: Uma categoria útil para análise histórica. In. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058Joan%20Scott.pdf>. Acessado em 12 agosto de 2019.

WOOD, E M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.